

STF libera retomada de obras e projetos após suspensão em SP

Liminar restabelece efeitos da lei até julgamento final de ação no Supremo

O Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu uma liminar que suspende os efeitos de uma decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) que havia interrompido a aplicação da revisão da Lei de Zoneamento da capital paulista. A medida foi assinada pelo ministro Edson Fachin e mantém a validade da legislação até que haja o julgamento definitivo da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) que questiona o processo de aprovação da norma.

Entenda o caso

A decisão do TJ-SP havia determinado a suspensão da concessão de novos alvarás e autorizações para empreendimentos imobiliários em todo o município de SP. Na prática, a medida afetava a tramitação de projetos em diferentes estágios, incluindo iniciativas habitacionais e comerciais. Com a liminar do STF, essas restrições deixam de produzir efeitos temporariamente, até que haja uma decisão final sobre o caso.

No despacho, o ministro considerou que a suspensão da lei poderia causar impactos relevantes à ordem pública e econômica, ao interferir diretamente em atividades do setor da construção civil e, também, na dinâmica urbana da cidade.

A análise também abordou



Douglas Ferreira | REDE CÂMARA SP

Supremo considerou que a suspensão da lei poderia causar impactos à ordem pública

aspectos relacionados ao processo legislativo que resultou na aprovação da revisão do zoneamento, incluindo a realização de audiências públicas e mecanismos de participação social.

Consequências

A Procuradoria da Câmara Municipal de São Paulo apresentou ao STF informações sobre possíveis consequências da paralisação da lei. Entre os dados mencionados estão a interrupção na aprovação de unidades habitacionais de interesse social, impactos sobre empregos no se-

tor da construção e efeitos sobre investimentos previstos para a cidade. Também foram citadas perdas de arrecadação relacionadas a instrumentos urbanísticos vinculados ao financiamento de políticas públicas, como o Fundo de Desenvolvimento Urbano (Fundurb).

Revisão da Lei

A revisão da Lei de Zoneamento estabelece regras para uso e ocupação do solo na cidade, incluindo parâmetros para construções, densidade urbana e destinação de áreas. A legislação

é considerada um dos principais instrumentos de planejamento urbano e tem impacto direto sobre o desenvolvimento imobiliário, a mobilidade e a organização territorial do município de São Paulo.

Ação Direta de Inconstitucionalidade

A ADI que tramita no Supremo Tribunal Federal questiona aspectos do processo de aprovação da revisão, incluindo a suposta ausência de participação popular adequada e possíveis irregularidades na tramitação

legislativa. Esses pontos ainda serão analisados pelo plenário da Corte Suprema, que deverá decidir sobre a constitucionalidade da norma.

Liminar e continuidade

Enquanto não há decisão definitiva, a liminar garante a continuidade da aplicação da lei e permite a retomada de procedimentos administrativos relacionados à emissão de licenças e autorizações urbanísticas.

Especialistas apontam que o desfecho do julgamento poderá influenciar não apenas o setor imobiliário, mas também a condução de políticas urbanas na cidade de São Paulo.

Caso em tramitação

O caso segue em tramitação no Supremo Tribunal Federal, sem prazo definido para julgamento final. Até lá, a decisão liminar permanece válida, mantendo em vigor os efeitos da revisão do zoneamento aprovada pela Câmara Municipal.

Na prática, significa que processos administrativos que estavam suspensos podem ser retomados, incluindo análise de projetos, emissão de licenças e andamento de empreendimentos em diferentes regiões da cidade. A continuidade dessas atividades depende, no entanto, do desfecho da ação no STF.

Secretaria de Educação faz acordo com a Comgas

A Secretaria Municipal de Educação de São Paulo firmou um termo de intenção com a Companhia de Gás de São Paulo (Comgás) para desenvolver ações voltadas à modernização da infraestrutura energética nas escolas da rede municipal. O acordo foi formalizado na última quarta-feira (8), durante o 68º Congresso Estadual de Municípios.

A iniciativa prevê, entre outras medidas, a substituição gradual do uso de botijões de gás por redes de gás canalizado nas unidades escolares. A mudança tem como objetivo reduzir riscos operacionais relacionados ao armazenamento e à troca dos recipientes, além de oferecer maior estabilidade no fornecimento para as cozinhas.

Com abastecimento contínuo, a expectativa é diminuir interrupções no preparo das refeições, garantindo regularidade



Divulgação/SME

Formalização foi durante o 68º Congresso de Municípios

na alimentação dos estudantes. O projeto também inclui a possibilidade de adoção de sistemas de monitoramento e segurança, como sensores de vazamento e válvulas de controle.

O termo de intenção não estabelece obrigações imediatas, mas sinaliza interesse das partes em institucional. Entre os pon-

tos previstos estão a realização de estudos técnicos, o mapeamento de unidades que possam receber melhorias e a avaliação de alternativas energéticas.

A proposta faz parte do planejamento da pasta para os próximos anos, que inclui ações de requalificação da infraestrutura escolar.

Falta vacina contra Covid nos postos

Unidades de saúde da cidade de São Paulo enfrentam falta de vacinas contra a Covid-19, o que tem dificultado a imunização de parte da população. Em diferentes regiões da capital, moradores relatam não conseguir receber a dose e são orientados a retornar em outra data, sem previsão.

A indisponibilidade atinge tanto adultos quanto crianças. Dados consultados no sistema municipal que informa a oferta de imunizantes indicam ausência de doses em postos distribuídos por todas as zonas da cidade. A situação ocorre mesmo com a recomendação de vacinação para grupos classificados como prioritários, como idosos, pessoas com comorbidades, imunossuprimidos, gestantes e crianças pequenas.

A distribuição das vacinas no país segue um fluxo centralizado. O Ministério da Saúde é responsável pela compra e envio aos

estados, que fazem o repasse aos municípios. Cabe às prefeituras organizar a aplicação e gerenciar os estoques nas UBSs.

Autoridades federais afirmam que não há falta de vacinas em nível nacional e destacam o envio de milhões de doses ao longo do ano, incluindo remessas destinadas ao estado de São Paulo. Uma nova entrega é prevista para os próximos dias, o que deve normalizar o abastecimento nas unidades.

O governo estadual também informa a expectativa de recebimento de novos lotes em breve. Já a administração municipal afirma aguardar o envio para retomar a oferta regular.

O cenário de escassez ocorre em meio à circulação internacional de novas sublinhagens do coronavírus, o que reforça a importância da vacinação, especialmente para reduzir o risco de casos graves e internações.